



Jornal FNE Edição 67 – Dez/07

Vitória a comemorar

Matéria de capa desta edição de Engenheiro traz uma grande vitória, conquistada em votação no Senado Federal. Em primeiro lugar, aprovou-se o Projeto de Lei 88/07, que reconhece formalmente o papel das centrais sindicais na estrutura de representação dos trabalhadores. Em segundo, a Casa passou a matéria derrubando a esdrúxula emenda incluída de última hora na Câmara dos Deputados em outubro último. Essa, anunciada como o fim do imposto sindical, criava apenas confusão nas regras para seu recolhimento. Um detalhe: para as entidades patronais nada seria alterado.

Tema crucial quando se pensa um projeto de desenvolvimento está no relato do I EcoSP (Encontro de Meio Ambiente de São Paulo), que abordou a necessidade de se buscar a expansão econômica e melhores condições de vida às pessoas, porém mitigando-se os danos ao ambiente. A idéia está presente no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, assim como a necessidade de o País aproveitar sua vantagem estratégica no campo das energias renováveis, sobretudo o etanol, conforme alerta o professor Bautista Vidal em entrevista.

Em C&T, o esperado PAC da Ciência, Tecnologia e Inovação, também convergente com as propostas dos engenheiros e que contou com contribuição da FNE. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

“Era um ponto azul, uma esfera repleta de vida, de mares agitados, de vento suave e vegetação farta. Era pequeno, vivo e feliz. Para uns era sua casa, mas para outros apenas um espaço a ser explorado, sem medida ou piedade, arrastando junto sonhos e vidas de pessoas inocentes. A ambição superando a moral, a matéria destruindo a inocência, a incompetência sendo paga com o sofrimento. Se não nos conscientizarmos, em breve esse ponto azul deixará de ter vida.”

Como alerta o texto acima, tirado dos anais do Seminário Nacional sobre Desastres Ambientais, é preciso que os engenheiros ponham mãos à obra, até porque não nos resta mais muito tempo para reparar os danos e, como se diz, “a engenharia é a única profissão capaz de modificar e corrigir o meio”. Para isso, basta olharmos um pouco o nosso passado e vermos que somos os únicos responsáveis, ou irresponsáveis, pelo antropismo desvairado e inconseqüente.

Não adianta querer inventar a roda, pois é através dela que causamos os maiores impactos ao meio em que vivemos. Tampouco colocar nas árvores a salvação da nossa esfera. Não é só plantando que virá a resposta para o efeito estufa, chuva ácida ou o que o valha. Precisamos deixar o preconceito exacerbado da teoria do homem pelo homem, o engenheiro calculista e frio e começarmos a pensar que poderemos obter resultados positivos, simplesmente agindo com nossa consciência livre de parâmetros rígidos, econômicos, desumanos.

Como fazer então? Simples, basta olharmos a natureza como ponto inicial e seguir seus ensinamentos e desenvolver meios para usá-los em nosso próprio benefício. O homem inventou o helicóptero ultramoderno capaz de parar no ar e fazer piruetas em todos os sentidos, também pode carregar ogivas de toda sorte. Porém, ele jamais copiará a natureza, que fez as libélulas, perfeitas e que param no ar para simplesmente amar. O homem fez o supersônico, que atinge a velocidade da luz, mas jamais vai conseguir um V0 a Vn, num piscar de olhos, como só as drosófilas alcançam. Beethoven, Vivaldi, Chopin, Tchaikovsky ou Mozart, com suas obras maravilhosas, jamais poderiam copiar a sinfonia dos mares.

Portanto, queridos engenheiros, responsáveis por tudo que nos cerca, aproveitemos o tempo que nos resta para ensinar nossos filhos a seguirem as diretrizes que a natureza nos dá. Enquanto isso, esperemos que a “Terceira Onda” nos dê tempo suficiente para corrigir os descaminhos e superar a fase que vivemos hoje como uma época de desencontro, incerteza, preconceito, ganância e desamor. Se não for possível, passemos a ser coadjuvantes, torcendo para que as mulheres, que logo dominarão o mundo com sua ternura, leveza, paciência e o poder incontestável de seduzir, tenham sucesso nessa empreitada. No que me diz respeito, não me incomodarei em lavar os pratos.

José Ailton Ferreira Pacheco é presidente do Senge-AL

SINDICAL

Em votação no dia 29 de novembro último, o Plenário do Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 88/07, que legaliza as centrais sindicais. Na votação, derrubou emenda que alterava as regras de recolhimento do imposto sindical e criava confusão ao trabalhador. De autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF) e incluída no texto quando da apreciação na Câmara dos Deputados, em outubro, foi apresentada erroneamente como aquela que extinguiria a contribuição – equívoco apontado pelo diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), jornalista Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho. Na sua visão, sequer tornava facultativo ou voluntário o imposto sindical. “Apenas exigia autorização individual do empregado para o desconto em folha.” Caso não desse o aval, o trabalhador teria que retirar a guia no sindicato respectivo e depois efetuar o recolhimento em banco. Se não o fizesse, complementa ele, poderia ser penalizado, com a não-representação da entidade em determinados assuntos ou sua retirada de causas judiciais. Ou ainda ser inscrito em dívida ativa, dada a obrigatoriedade da contribuição sindical. “Criada em 1943, está prevista nos artigos 578 e 610 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)”, constata o Diap. Ainda, do modo como havia sido apresentada a emenda, na realidade apenas produziria desequilíbrio ainda maior nas relações capital-trabalho. Quem observa é o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT/SP), já que tentava acabar com a principal fonte de sustentação dos representantes dos empregados, enfraquecendo-os, mas mantinha a patronal intacta.

Com a derrota no Senado, agora o projeto retornará à Câmara para nova deliberação. Toninho acredita que a apreciação acontecerá ainda neste ano e que não deve haver mudanças no encaminhamento feito pelo Senado. Ou seja, as regras para o imposto sindical não serão alteradas mais uma vez.

Ponto a ponto

O resultado no Plenário daquela Casa foi indicado nos relatórios das três comissões em que foi discutido o PL e respeita acordo feito entre o Governo e as organizações representantes dos trabalhadores. Esse prevê a apresentação, até fevereiro de 2008, de proposta específica sobre a sustentação financeira das entidades. Tal vem sendo discutida por grupo de trabalho formado em 7 de novembro último, do qual participam representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e das cinco centrais. Posteriormente, deverá ser transformada em projeto de lei do Executivo, o qual, segundo o senador Paulo Paim (PT/RS), relator da matéria na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), deve incluir regra de transição da contribuição sindical para a negocial – essa última a ser votada em assembléia de trabalhadores.

De acordo com Paulinho, nas negociações com o Executivo Federal, ficou definido fazer mudanças na estrutura sindical “ponto a ponto”, sempre no sentido contrário ao de retirar direitos. “Já garantimos o reconhecimento do trabalho no comércio aos domingos, vamos propor a regulamentação da terceirização, a criação do CNT (Conselho Nacional do Trabalho) e

o reconhecimento dos delegados sindicais nas fábricas. Além de discutir a redução da jornada semanal.”

Outra emenda incluída no projeto, de autoria do deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP), que obrigava as centrais à prestação de contas ao TCU (Tribunal de Contas da União), foi mantida, apesar do caráter arbitrário da medida e de ter, como alertou Toninho em artigo publicado no site do Diap, propósitos políticos. Apesar disso – além da rejeição da emenda sobre a contribuição –,

a comemoração fica por conta do reconhecimento das centrais sindicais. “É luta histórica dos trabalhadores brasileiros, desde os anos 30. Na prática, tais entidades existem desde a década de 80.” O senador avalia: “Significa um avanço.”

Rumo à Brasília por direitos e empregos

Essas são as demandas das diversas categorias profissionais que pautam a IV Marcha da Classe Trabalhadora. Promovida pelas centrais sindicais, acontecerá no dia 5 de dezembro, em Brasília. A redução da jornada de trabalho – tema permanente na agenda do movimento – é vista como “um elemento de partilha dos ganhos do crescimento econômico que levam ao desenvolvimento”. As entidades lembram, afinal, que “vivemos uma realidade de extremos, com muitas pessoas desempregadas e outras em longas jornadas”. Para corrigir essa distorção, sugerem uma série de medidas, tais como limitação de horas extras e extinção do banco de horas – além, é claro, da redução constitucional de 44h para 40h semanais.

Em defesa da criação de novos postos, propõem ações que vão desde o combate à precarização resultante da terceirização até o incremento da formalização do mercado e fortalecimento dos mecanismos de proteção dos trabalhadores.

SINDICAL II

MA

Dirigentes visitam três universidades

Para comemorar os 11 anos do Senge-MA, a sua diretoria deu início ao projeto “Engenharia & Sociedade”, com visitas aos estudantes da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), do Uniceuma (Centro Universitário do Maranhão) e do Cefet (Centro Federal de Educação Tecnológica), nos dias 17, 19 e 27 de outubro e 23 de novembro. Durante os encontros, os engenheiros Berilo Macedo da Silva, Maximino Aceituno, Raimundo Nonato Medeiros e Antonio Sá Fernandes Palmeira deram seus depoimentos sobre a profissão, discutiram o papel

do sindicato com os alunos e propuseram a implantação da disciplina “Ética e Exercício Profissional” na grade curricular dos cursos de engenharia. Para tanto, na UFMA apresentaram “uma ementa que está sendo estudada para entrar na grade do curso de Engenharia Elétrica como Tópicos Especiais de Engenharia Elétrica”, informou Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge. Na Uniceuma, contou ela, já existe uma cadeira que inclui o estudo da ética, “o que é essencial para que nossos futuros profissionais sejam responsáveis por uma melhoria da engenharia no Maranhão”.

As visitas contaram com a parceria das professoras Maria de Fátima Santos Farias (da UFMA) e Loraine de Oliveira Lauris dos Santos (do Uniceuma). Para Farias, o ponto alto foram os testemunhos, “pois revelaram preocupações que os estudantes não estão acostumados a ter, como os direitos e responsabilidades do engenheiro, a importância da representatividade para a valorização profissional, aspectos de cooperação, parcerias e até competitividade”. A próxima está agendada para o dia 7 de dezembro, aos graduandos da Uema (Universidade Estadual do Maranhão).

PI

Trabalhar pela carreira do engenheiro

Ao ser homenageado na área de política profissional pelos serviços prestados à causa agrônoma, em festividade pelo Dia do Engenheiro Agrônomo, 12 de outubro, Antônio Florentino de Souza Filho, presidente do Senge-PI, lançou um desafio. Convocou as entidades e autoridades estaduais e municipais presentes a se unirem em prol da lei que cria a carreira do engenheiro nas duas instâncias de governo. O objetivo é assegurar a esse profissional estatutário os mesmos direitos que a Lei Federal 4.950-A garante aos contratados pelo regime celetista. Segundo Florentino, as autoridades se comprometeram a auxiliar na busca justa desse direito. “Esse será nosso novo desafio para 2008. Os engenheiros, responsáveis pelo desenvolvimento deste Estado, não podem mais sobreviver com os salários de miséria a que são submetidos. Buscaremos sensibilizar deputados, vereadores, o Governador, o Prefeito de Teresina e demais autoridades para que tenhamos o mais rápido possível as duas leis.” Na ocasião, foram agraciados mais dois dirigentes do Senge, Francisco Sobrinho Amorim e Raimundo Nonato, esse último também à frente do Sindicato dos Funcionários do Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí), bem como o vice-prefeito, Elmano Ferrer de Almeida, o ex-prefeito de Miguel Alves, Nonato Pereira. O evento foi realizado na sede da Aeapi (Associação dos Engenheiros e Agrônomos do Piauí), com a coordenação de seu presidente, Avelar Amorim, que também é diretor do sindicato dos engenheiros.

SC

Parceria propicia educação continuada

Partindo da premissa de que a educação continuada é fundamental para a valorização profissional, o Senge-SC firmou parceria com a Universidade Estácio de Sá para promover o curso “NR 10 – módulo 2 avançado”, voltado à segurança do trabalho na área de eletricidade. Obrigatório às empresas do setor, foi dirigido aos engenheiros, supervisores, técnicos e eletricitas. Com 40 horas/aula, foi ministrado por Wilson César Floriani Júnior, Carlos Frederico Fassheber Júnior e Laerte Figueiredo para duas turmas. A primeira ocorreu de 21 a 24 de novembro, em Jaraguá do Sul, e a segunda, do dia 28 de novembro a 1º dezembro, em Itajaí. Na avaliação de José Carlos Rauen, presidente do Senge, “cada vez mais os engenheiros devem se qualificar para o mercado de trabalho, pois isso representa, conseqüentemente, mais possibilidades de uma melhor remuneração”. Segundo ele, a partir de janeiro de 2008, deverão ser firmadas novas parcerias para mais cinco cursos diferentes. Maiores informações e inscrições pelo telefone (48) 3222-2965.

MT

Agrônomos discutem conselho

Após várias tentativas de se criar um Conselho Federal da Engenharia Agrônômica nos encontros nacionais promovidos pela categoria, durante o XXV Congresso Brasileiro de Agronomia “Agroenergia: o futuro do planeta em nossas mãos”, realizado de 23 a 26 de outubro, em Guarapari, no Espírito Santo, a proposta foi novamente apresentada, discutida e aprovada em forma de moção. Como não obteve apoio unânime, mas da maioria dos congressistas, “significa que ainda tem profissional que resiste à idéia da concepção de um conselho próprio”, avalia Luiz Benedito de Lima Neto, presidente do Senge-MT e vice-presidente do Crea-MT (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). “De toda forma, fica como alerta de que os engenheiros estão descontentes com o que existe”, conclui.

TO

Servidores conquistam benefícios

O governador de Tocantins, Marcelo Miranda, enviou à Assembléia Legislativa, em 19 de novembro, projeto de lei para alteração do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios) dos servidores públicos do Estado. Com o intuito de inserir algumas reivindicações na matéria, os presidentes João Alberto Rodrigues Aragão (do Seageto) e Cleiton Lima Pinheiro (do Sindicato dos Servidores Públicos no Estado do Tocantins) e outros representantes classistas iniciaram as negociações. Após sucessivas reuniões com a secretária adjunta da Casa Civil, Cláudia Soares Bonfim, e o deputado Junior Coimbra (PMDB), foram incluídas 12 emendas concedendo vários benefícios. Destacam-se, entre eles, reajuste de 25% na tabela de progressão do PCCS, reenquadramento com reduções dos interstícios entre as referências e a aprovação de dois

representantes indicados pelos sindicatos para acompanhar a comissão de avaliação dos servidores para a progressão. Aragão informou que em reunião com a secretária adjunta, no dia 27 de novembro, ela lhe prometeu avaliar a minuta de um projeto de lei elaborada pelo Seageto para a criação do PCCS dos profissionais de engenharia. A proposta é enquadrar os salários desses servidores na Lei Federal 4.950-A, que regulamenta o piso da categoria. O projeto de lei está pronto e será entregue pelo presidente do Seageto ao governador em data a ser agendada.

CRESCER BRASIL

Crescer de forma sustentável, ou seja, assegurando que as futuras gerações tenham à disposição os recursos naturais necessários à sua sobrevivência. Esse foi o grande tema colocado em pauta pelo I EcoSP (Encontro de Meio Ambiente de São Paulo), realizado pelo Seesp, em São Paulo, entre 7 e 9 de novembro. Apoiado pela FNE, incluiu em suas discussões o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Dividido em diversas mesas temáticas, em dois dias de trabalho – no primeiro, ocorreu a cerimônia de abertura (leia abaixo) –, o evento teve início com a palestra do professor da Unitau (Universidade de Taubaté), Márcio Joaquim Estefano de Oliveira, sobre “desenvolvimento sustentável”, que, segundo ele, implica “planejar e executar ações, levando em conta simultaneamente as dimensões econômica, ambiental e social”.

O superintendente de Planejamento Estratégico de Transporte da SPTrans (São Paulo Transporte), Laurindo Martins Junqueira Filho, recorreu ao mito de Prometeu, que roubou o fogo dos deuses e o franqueou aos humanos, para lembrar que a sociedade contemporânea debate-se com uma questão ancestral: a luta entre a natureza e o homem, sendo que esse hoje necessita ter em mente as conseqüências de suas ações. “Portanto, ao planejar o sistema de transporte, precisamos fazer opções sustentáveis”, ponderou. Nesse contexto, ele lembrou a importância de se buscar fontes alternativas de energia ao diesel, presente na maior parte da frota de ônibus da capital paulista.

Simão Saura Neto, da Superintendência de Serviços Veiculares da SPTrans, falou sobre a importância das condições de operação, conforme aponta pesquisa. “Na simulação do ciclo Expresso (no corredor exclusivo, com velocidade de 25km/h), há redução de 52% no consumo de diesel, 74% nas emissões de CO, 46% de HC e 57% de NOx e de material particulado”, relatou.

Jorge Moya Diez, engenheiro de controle ambiental da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), conclamou os cidadãos a fazerem a sua parte, lembrando que “as entidades de fiscalização jamais conseguirão estar em todos os lugares. É preciso

conscientização sobre, por exemplo, desperdício de água, que já é escassa em várias partes do mundo”.

Essa foi exatamente a questão abordada por Edmundo Garcia Agudo, que atua desde 1994 junto à ONU (Organização das Nações Unidas), para quem é preciso saber usar para não faltar. Como exemplo positivo nessa área, ele citou o que foi feito na cidade estadunidense de El Paso, no Texas, e em sua vizinha mexicana Ciudad Juárez, essa última fadada a ficar sem o precioso líquido já em 2005, devido ao desperdício.

Segundo Agudo, na localidade texana, foi necessário um esforço de gestão para cortar pela metade o gasto médio diário por pessoa de 830 litros – quando o volume considerado adequado mundialmente é de 150 litros. Entre as medidas, instituiu-se a cobrança pelo uso do recurso hídrico, dias de semana alternados para irrigação, além de soluções como reciclagem de esgoto e dessalinização. O Brasil, apesar da condição privilegiada de detentor das maiores reservas de água doce do mundo, para ele, deveria começar a pensar em gestão sustentável desde já. Inclusive de seus aquíferos, os quais “têm que ser considerados recursos estratégicos em épocas de crise”. O consultor da ONU alertou ainda que a elevação do nível do mar – consequência do aquecimento global – também afeta a disponibilidade de água doce no planeta.

Equacionar o problema, na concepção de Rubens Harry Born, diretor executivo do Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, passa por medidas tecnológicas, econômicas e sociais, entre elas contribuir para o reflorestamento, transformar sistemas produtivos, tecnológicos e hábitos de consumo. Entre as alternativas, Suani Teixeira Coelho, secretária executiva do Cenbio (Centro Nacional de Referência em Biomassa), discorreu sobre o uso de energias renováveis, com ênfase para o etanol.

Completaram a programação Ricardo Salgado, superintendente de Meio Ambiente da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), e Alexandre Breda, gerente de grande comércio da Comgás (Companhia de Gás de São Paulo), que falaram respectivamente sobre o programa ambiental na empresa e o cenário de gás natural no Estado.

Transgênicos

A grande polêmica do I EcoSP ficou reservada para o tema “Agricultura e meio ambiente”, na mesa mediada pelo diretor da FNE, Marcílio Vital de Paula. Em sua palestra, o professor e pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Mohamed Habib, deu destaque à questão das plantas geneticamente modificadas: “Reconhece-se o valor da pesquisa, que é positiva, mas quanto à aplicação dessa tecnologia é preciso avaliar melhor.”

Segundo Habib, para ser sustentável, o transgênico deveria ser: tecnicamente aplicável, legalmente regulado, economicamente vantajoso, moral e eticamente aceitável, socialmente benéfico, ambiental e biologicamente seguro. “Apenas as duas primeiras exigências são atendidas”, observou ele. Além disso, afirmou o professor, a Lei de Biossegurança ainda deixa

a desejar. “Deveria haver uma legislação para pesquisa e outra para a aplicação e serem separadas as regras para transgenia agrônômica e médica”, apontou.

O princípio da precaução com relação aos transgênicos foi também defendido pela pesquisadora da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Deise Maria Fontana Capalbo, e pelo professor da Unicamp, José Maria Gusman Ferraz. De acordo com esse último, os estudos feitos até agora não descartam a possibilidade de haver efeitos sobre a saúde humana e animal. Por isso, e tendo em vista que 90% dos alimentos processados possuem ingredientes transgênicos, ele propôs a correta identificação e rotulagem desses produtos.

A defesa dos geneticamente modificados ficou a cargo de Eugênio Cesar Ulian, gerente de relacionamento com a comunidade científica da Monsanto: “Por serem tão estudadas e terem se mostrado tão seguras, essas culturas são um sucesso. A tecnologia para controle de ervas daninhas e insetos tem evoluído entre 10% e 15% ao ano.” A mesma posição tomou o biólogo e professor da USP (Universidade de São Paulo), Crodowaldo Pavan, radicalmente favorável ao uso da tecnologia como forma de garantir a produção de alimentos necessários à humanidade. “Sabe-se mais o que acontece nesse processo que no melhoramento tradicional”, asseverou. Contudo, ele condenou o patenteamento de sementes por grandes empresas. “É um absurdo de lógica.”

Bom humor

Após a maratona de debates, o evento foi encerrado pelo comentarista da rádio CBN e do Fantástico, na TV Globo, Max Gehringer, que garantiu o toque bem-humorado, com sua palestra “A comédia corporativa”. Entre as observações que arrancaram risos da platéia, um alerta: é fundamental estar atento às mudanças.

Ainda conforme ele, a grande transformação ocorrida no mercado de trabalho foi a ascensão feminina, cuja presença em cargos de chefia amplia-se um ponto percentual a cada ano. Nesse ritmo, apontam pesquisas, em 2027, as mulheres serão 52% do total nas gerências. Gehringer indicou ainda a receita para o sucesso profissional: “ter talento, criatividade e manter-se atualizado.” Nas empresas, é preciso ter visão de futuro e respeito pela experiência.

Papel da engenharia é destaque na abertura

Ao dar início ao I EcoSP (Encontro de Meio Ambiente de São Paulo), na noite de 7 de novembro, o presidente da FNE, que também está à frente do Seesp, Murilo Celso de Campos Pinheiro, lembrou as questões cruciais que seriam tratadas até o final do evento. “Nesta edição, falaremos sobre recursos hídricos, biotecnologia e mudanças climáticas. Ao final, deveremos ter um documento sobre o tema para apresentar nossas propostas aos nossos governantes”, afirmou.

O presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Marcos Túlio de Melo, lembrou a importância de a categoria se envolver no debate acerca da

sustentabilidade. “Temos mais responsabilidade nesse processo, seja quanto ao planejamento estratégico ou à adequação de nossos projetos para que se evite a degradação ambiental. A FNE tem dado um exemplo fantástico com o ‘Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento’”, ressaltou.

Na mesma linha, o presidente do Crea-RJ (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro), Reinaldo Barros, destacou o esforço que as entidades vêm fazendo em prol do debate sobre desenvolvimento e fez um chamado à categoria: “Cabe aos engenheiros detalharem todas as medidas mitigadoras, por exemplo na construção civil.”

Prestigiaram o evento ainda os presidentes do Crea-AM, Afonso Lins Júnior; do Crea-MA, Raimundo José Aranha Portelada; do Crea-SP, José Tadeu da Silva; o procurador do Estado de São Paulo, Jaques Lamac, da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente; e o superintendente do Dae (Departamento de Águas e Energia Elétrica), Ubirajara Tannuri Felix; além do deputado estadual do Acre, Taumaturgo Lima. Compareceram ainda os dirigentes da FNE, Antonio Florentino de Souza Filho, Augusto César de Freitas Barros, Antônio Noé Carvalho de Farias, Marcílio Vital de Paula, José Ailton Ferreira Pacheco, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo, José Luiz Lins dos Santos e Sebastião Fonseca.

Encerrou a cerimônia o coordenador do evento e vice-presidente do Seesp, Carlos Alberto Guimarães Garcez. “O objetivo do Eco São Paulo, promovido pelo sindicato com o apoio da FNE, é mexer com a cabeça das pessoas para que cada uma faça a sua parte”, concluiu.

Colaborou Soraya Misleh

ENTREVISTA

O Brasil é a nação continental dos trópicos e tem papel fundamental para resolver o colapso mundial dos combustíveis fósseis. A observação, feita pelo professor José Walter Bautista Vidal no livro “Poder dos trópicos” (Editora Casa Amarela, 304 páginas), de sua autoria e de Gilberto Felisberto Vasconcellos, é reiterada nesta entrevista ao Engenheiro. Criador do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) em 1975 e atualmente à frente da ONG Instituto do Sol, ele observa que o País está atrasado em resolver questões institucionais importantes para garantir produção e distribuição internas de energias renováveis. Sugere a criação de empresa de economia mista que execute as políticas para a área, de modo que o caráter estratégico do recurso seja preservado, em prol do desenvolvimento sustentável nacional com inclusão social – como propugna o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE.

Como deve ser tratada essa questão do etanol e dos biocombustíveis?

É a única solução mundial para o colapso do petróleo, que vai ocorrer inexoravelmente. O Brasil é o continente tropical e somente ele pode liderar esse processo. Tem uma capacidade enorme e imensa fronteira agrícola desocupada, a melhor tecnologia do mundo, mas não tem o instrumento adequado para desempenhar esse papel. Em conversa de duas horas e meia com o presidente Lula, alertei para essa ausência e ele disse que o único caminho seria criar uma empresa de economia mista que fizesse, na área das energias renováveis, limpas, de origem vegetal, a mesma coisa que a Petrobras fez em relação ao petróleo. Sem ela não vamos ter logística de distribuição, capacidade de exportação e recursos para investir nessa grande potencialidade, a qual vai acabar ficando nas mãos de grupos estrangeiros, que estão comprando terras e usinas. Os pequenos produtores estão respondendo com muita eficiência, mas não têm condições, por exemplo, de estabelecer uma distribuição adequada.

Essa alternativa aos pequenos produtores pode ser uma oportunidade de reduzir as desigualdades no País?

Não há dúvida, basicamente no campo estão a fome, os bolsões de miséria e essa iniciativa vai criar 22 milhões de postos de trabalho. Segundo os cálculos que fizemos, se implantarmos grande número de pólos energéticos usando os pequenos produtores, a renda nacional vai multiplicar 70 vezes. O Governo ainda não tomou medidas para ajudá-los porque falta o instrumento para fazê-lo. Isso está sendo montado pelo Instituto do Sol com excepcionais resultados, mas não pode sobreviver sem o apoio do Estado. É necessário que o Governo implemente programa que foi montado no Banco do Brasil e destruído pelo agronegócio, que é o empreendimento do grande capitalismo e de investidores externos, e não quer que o pequeno entre. Isso vai contra os interesses nacionais. O Brasil tem alta potencialidade agrícola e consegue produzir por custos muito baixos. Produzimos álcool pela metade do preço dos norte-americanos, que usam uma matéria-prima inadequada, que é o milho, também ração animal. Então, é necessário que o País proteja sua terra na mão dos nacionais.

O senhor acredita que os biocombustíveis podem inclusive auxiliar na conservação das reservas de petróleo nacionais?

Não há dúvida. Conseguimos produzir o álcool por menos de US\$ 20 o barril ante US\$ 99 o de petróleo. É uma diferença fantástica, uma oportunidade única, porém não está sendo aproveitada pelo Estado nacional. Enquanto isso, os norte-americanos já criaram quatro empresas de distribuição dos combustíveis brasileiros, é um absurdo. Na área do petróleo, as corporações anglo-americanas têm apenas 5% das reservas, mas dominam de maneira absoluta a distribuição. Eles querem fazer a mesma coisa em relação ao álcool e óleos vegetais.

Então, já estamos atrasados com relação à criação dessa empresa?

Estamos totalmente ineficientes, incompetentes. Não estamos assumindo nossos interesses e isso compromete a própria soberania nacional, implica o domínio das terras, que são uma coisa sagrada. Inclusive a Lei 5.709/71, que existe para regular a compra de terras para o estrangeiro, não está sendo cumprida. Isso prejudica terrivelmente as perspectivas brasileiras de transformar esse altíssimo potencial em realidade.

Qual a situação do País após a descoberta da imensa reserva de petróleo na Bacia de Santos?

É uma perspectiva extraordinária que pode transformar a Petrobras numa empresa muito importante e rica, vai ter a condição de vender esse petróleo que descobriu em boa hora. Mas os combustíveis fósseis acabam e precisam ser substituídos pelos vegetais, que são eternos enquanto houver Sol.

Essa é uma necessidade inclusive para conter o aquecimento global?

É a única maneira. São dois objetivos mundiais, um de apresentar solução ao fim da era do petróleo e outro de reduzir e até fazer desaparecer o aquecimento global.

Com a expansão da cultura da cana-de-açúcar, não há risco do ponto de vista de segurança alimentar?

Pelo contrário. E se for usada também a mandioca (para produção de combustíveis vegetais), cujo potencial é imenso e sua parte aérea tem 27% de proteína, mais do que alfafa, vai ter uma quantidade enorme de ração animal para alimentar gado, galinha, porco etc. E se utilizar o dendê, tira-se o óleo e o que sobra é ração animal, então vamos ter uma condição excepcional de produzir grande quantidade de alimento adicional.

E o problema da monocultura?

Não há risco nenhum, é só ter uma legislação adequada e botar na cadeia quem cometa barbaridades contra o meio ambiente.

C&T

Lançado em 20 de novembro, o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, para o período 2007-2010, apelidado de PAC da C,T&I, prevê aumento de recursos para o setor e incentivo aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Foram definidos quatro eixos centrais: expansão e consolidação do sistema nacional de C, T&I; promoção da inovação tecnológica nas empresas; pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social, distribuídos em 21 linhas de ação.

Para dar conta dessa agenda, de acordo com o Governo, serão investidos R\$ 41,2 bilhões em pesquisa e capacitação científica até 2010. O MCT (Ministério de Ciência e Tecnologia) e o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) disponibilizarão R\$ 18,6 bilhões para o plano. Os R\$ 22,6 bilhões restantes virão dos ministérios de Minas e Energia, Saúde, Educação e Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento), do Funttel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Com o novo aporte de recursos, conforme anunciado pelo ministro Sergio Rezende, pretende-se atingir dois objetivos centrais: incrementar a formação da mão-de-obra especializada e estimular a incorporação da inovação nas empresas. Para a formação de profissionais, o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) vão aumentar o número de bolsas concedidas de 95 mil para 160 mil nos próximos três anos. Engenharia, química, biologia e física são as principais áreas beneficiadas. O Governo anunciou também o aumento de 20% no valor das bolsas de estudo do CNPq a partir de março de 2008. Segundo Rezende, as de mestrado, atualmente de R\$ 940,00, subirão para R\$ 1.200,00, e as de doutorado passarão de R\$ 1.340,00 para R\$ 1.800,00.

Outra meta importante é aumentar para 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) o dinheiro gasto com pesquisa e desenvolvimento, hoje na marca de 1,02%, inferior a outros países emergentes. Coréia do Sul, China e Rússia, por exemplo, investiram, em 2005, 2,99%, 1,34% e 1,07%, respectivamente. A idéia é que o setor privado, que hoje aplica apenas 0,51%, salte para 0,65% em 2010. Entre as medidas de incentivo à inovação, está a concessão de benefícios fiscais a empresas que apoiem projetos de pesquisa científica, tecnológica e inovação desenvolvidos em universidades e institutos de pesquisa.

Destaques

Foram eleitas como áreas estratégicas, as quais devem ter melhor planejamento e gestão, a biotecnologia e as nanociências. Para tecnologia da informação e comunicação, as prioridades são: indústria eletrônica e de semicondutores, software e serviços, tecnologias digitais de comunicação, incluindo a TV digital, comunicação sem fio e redes de banda larga. Em energia,

o PAC da Ciência e Tecnologia inclui ações em hidrogênio e alternativas renováveis, petróleo, gás, carvão mineral e energia elétrica. Para biocombustíveis, especificamente, será implementado o Programa de Desenvolvimento Tecnológico para Biodiesel e Etanol.

Insumos para saúde são outra prioridade do plano, que pretende gerar novos postos de trabalho, modernizar a base industrial, melhorar sua competitividade e aumentar a participação no comércio internacional. Quanto ao desenvolvimento social, o programa quer popularizar a ciência, tecnologia e inovação e melhorar o ensino das ciências.

Cresce Brasil

As linhas gerais do projeto foram aprovadas pelo consultor Marco Aurélio Cabral Pinto, autor da nota técnica sobre o tema incluída no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE. Segundo ele, há “surpreendente convergência” de visões entre o programa anunciado e as propostas defendidas pelos engenheiros. “A necessidade de criação de um sistema nacional, que incluísse os estados e suas vocações; cooptação do grande capital, nacional e estrangeiro, no esforço de inovação, e na explicitação de desafios tecnológicos; articulação entre os fundos não-reembolsáveis e o capital de risco, as micro, pequenas e médias empresas e as universidades como instrumentos de resposta a esses desafios tecnológicos são alguns dos temas em comum.”

Não por acaso as diretrizes do PAC de C,T&I são bastante convergentes com as propostas do projeto “Cresce Brasil”. Preocupação central da categoria, presente no manifesto, o setor era uma lacuna no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) anunciado no início do ano. O problema foi apontado pela federação na publicação “O Cresce Brasil e o PAC” e demonstrado ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, em encontro realizado em maio último. Depois, em audiência realizada em 4 de junho, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e os consultores Carlos Monte e Cabral Pinto apresentaram ao ministro Rezende as propostas da entidade para o setor.

Assim, na opinião de Cabral Pinto, o plano do Governo possui consistência e aponta para a conquista de soberania no processo de industrialização brasileiro. Porém, alerta ele, as ações devem ser implementadas com urgência, tendo em vista o curto horizonte de três anos. “O elemento crucial é compreender que há o momento do planejamento e o da implementação. Entramos no segundo, em que se cumpre atender às expectativas e à confiança depositada”, pondera.